

# **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

## **PROJETO DE LEI Nº 485, DE 2024**

Dispõe sobre a comercialização de calçados para pessoas com deficiência nos membros inferiores.

**Autor:** Deputado JOSENILDO

**Relatora:** Deputada FLÁVIA MORAIS

### **I – RELATÓRIO**

A proposição ora sob análise, de autoria do Deputado Josenildo Santos Abrantes, tem por objetivo permitir que as pessoas com deficiência em membros inferiores possam adquirir calçados do modo que melhor se adeque à sua condição, seja pela aquisição de apenas uma unidade, seja pela compra de um par com numerações distintas. Os calçados assim vendidos não poderão apresentar distinções quanto ao modelo e à qualidade do produto, quando comparados aos disponíveis para os consumidores em geral.

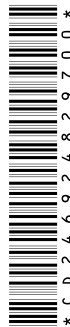
A proposição ainda determina que o preço de venda da unidade não poderá ultrapassar cinquenta por cento do valor total de um par, assim como o par com numerações diferentes não poderá exceder o preço total de um par com numeração idêntica. O descumprimento do exigido em lei implicará em sanções, conforme determina o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Caso aprovada, a lei entrará em vigor cento e oitenta dias após sua promulgação.

A matéria foi distribuída às Comissões de Indústria, Comércio e Serviços; Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD), estando sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, em regime de tramitação ordinário. Foi aprovada na forma de um Substitutivo pela Comissão de Indústria, Comércio e Serviços.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.





Nesse sentido, a proposta nos parece bastante meritória, uma vez que busca sanar um problema real de pessoas com deficiência em membros inferiores. Cumpre ressaltar que não se trata de uma questão meramente estética ou de menor repercussão. No caso das pessoas com pés assimétricos que usem um par de sapatos de mesmo número, o tamanho inadequado de um calçado pode afetar seu equilíbrio ao caminhar, com potencial de gerar lesões e, assim, prejudicar a qualidade de vida de nossos cidadãos.

Há, também, um impacto econômico que não deve ser ignorado. Obrigar pessoas com pés assimétricos a comprar dois pares torna proibitivo o acesso a certos modelos. O que, por sua vez, também reverbera em questões de saúde e qualidade de vida. Tênis ou modelos mais tecnológicos, com palmilhas especializadas em determinado formato de pé ou com melhor sustentação ou amortecimento, têm o potencial de beneficiar pessoas com deficiência, uma vez que podem reduzir impactos ou amparar melhor o movimento dos pés, tornozelos ou mesmo joelhos. Todavia, ter de investir o dobro do valor por ser obrigado a comprar dois pares impede seu acesso ou os prejudica financeiramente.

No caso das pessoas com um único membro, o desperdício de recursos é ainda mais evidente, pois se não for possível encontrar alguém com a necessidade específica do par oposto, um dos calçados será simplesmente descartado. Caso o comércio ou a indústria já tivessem inserido essa questão em sua dinâmica, formas de logística reversa poderiam evitar o desperdício. Todavia, não seria justo o cliente pagar por um produto para devolvê-lo à indústria. O ideal é permitir a venda de uma única unidade ao consumidor final.

Por fim, consideramos que a proposição endereça um problema real das pessoas com deficiência, aprimora nossa legislação e tem o potencial de melhorar a qualidade de vida dessa população.

Diante do exposto, nosso voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 485, de 2024, **nos termos do Substitutivo** da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços.

Sala de Reuniões, em        de        de 2024.

Deputada **FLÁVIA MORAIS**

